

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.821 - MG (2019/0096555-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **MARCOS MENESES DA CRUZ**
RECORRIDO : **LUCAS MENEZES DA CRUZ**
ADVOGADO : **GLEISON PEREIRA DA SILVA - MG167099N**
AGRAVANTE : **ELIANA CALIXTO DE ALMEIDA MEDEIROS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**
ADVOGADO : **ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR - MG070042**
AGRAVADO : **MARCOS MENESES DA CRUZ**
AGRAVADO : **LUCAS MENEZES DA CRUZ**
ADVOGADO : **GLEISON PEREIRA DA SILVA - MG167099**

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial de ELIANA CALIXTO DE ALMEIDA MEDEIROS – ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO em face de decisão proferida no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG que não admitiu o seu recurso especial interposto com fundamento na alínea "a" do inc. III do art. 105 da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que os recorridos MARCOS MENESES DA CRUZ e LUCAS MENEZES DA CRUZ foram pronunciados pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal – CP, por duas vezes (fl. 513).

A defesa interpôs recurso em sentido estrito que foi provido, por maioria, para impronunciar os recorridos. O acórdão ficou assim ementado:

VOTO VENCEDOR (DES. RELATOR): RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - IMPRONÚNCIA - NECESSIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA - PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DÚBIO PRO REO - RECURSO PROVIDO.

Deve-se impronunciar o agente quando inexistir prova robusta acerca da acusação que se leva a efeito, ou seja, prova concreta da materialidade do delito e elementos contundentes da autoria.

VOTO VENCIDO (DES. 2º VOGAL): Para o juízo de pronúncia, que é precário e provisório, basta que se extraia dos autos um juízo de certeza da materialidade e indícios suficientes de autoria, não sendo necessário que o julgador se aprofunde no exame das provas,

eis que se trata de mera admissibilidade de acusação. Até porque, nesta fase, prevalece o princípio in dubio pro societate, de forma que qualquer dúvida acerca dos fatos deve ser resolvida no Tribunal do Júri - juízo constitucional dos crimes dolosos contra a vida (fl. 576).

Embargos de declaração opostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPE não foram acolhidos, conforme acórdão de folhas 651/660.

Em sede de recurso especial, a ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO alegou violação aos artigos 239 e 413, ambos do Código de Processo Penal – CPP, porquanto o TJMG aplicou o princípio do *in dubio pro reo* impronunciou os recorridos, deixando de considerar como indício de autoria suficiente para a pronúncia o depoimento da esposa de uma das vítimas, testemunha presencial dos fatos que apontou categoricamente o recorrido MARCOS com um dos autores do delito.

Requer a reforma do acórdão recorrido, com restabelecimento da sentença de pronúncia dos recorridos.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1013/1020.

O recurso especial não foi admitido, haja vista o óbice do revolvimento fático-probatório, vedado conforme Súmula 7 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.

Em agravo em recurso especial, a ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO refutou o referido óbice (fls. 1045/1061).

Contraminuta (Fls. 1103/1110).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo provimento do agravo em recurso especial (fls. 1151/1158).

A ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO postulou pelo direito de proferir sustentação oral no julgamento (fls. 1162/1163).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O recurso especial, bem como o pedido de sustentação oral, encontram-se prejudicados, uma vez que o pedido veiculado no presente recurso é idêntico ao postulado

Superior Tribunal de Justiça

pelo MPE, sendo certo que o recurso do MPE foi parcialmente provido para determinar o restabelecimento da sentença de pronúncia em desfavor do recorrido MARCOS.

Ante o exposto, admito o agravo em recurso especial e, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ, julgo prejudicado o presente recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator